

Atos Oficiais:

EDITAL SIMPLIFICADO Nº 01/2024 - CADASTRO RESERVA DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL E NUTRIÇÃO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, através da Secretaria de Educação e Cultura, Rosi Ribeiro de Marco e nos termos da Lei Nº 4.108, de 24 de outubro de 1997, torna público a **CLASSIFICAÇÃO** (nº 01/2024) para cadastro reserva de seleção pública para contratação de estagiários de psicologia, serviço social e nutrição para a Secretaria de Educação e Cultura.

Classificação Estagiários de Nutrição

Classificação	Nome
1	Sirlei Ap Oliveira da Silva
2	Kelly Grandisoli de Mmelo
3	Beatriz Ferreira Gomes
4	Bianca Prates Denti

Classificação Estagiários de Assistência Social

Classificação	Nome
1	Cintia Soares Fagundes
2	Paula Letícia da Rocha Marcolino
3	Roseli Souza Barbosa
4	Tatiana martinez calheiros
Indeferido	Caroline de Jesus moretti Pereira
Indeferido	Grécia Souza de Lima Mata
Indeferido	Caroline Gomes Veloso

Classificação Estagiários de Psicologia

Classificação	Nome completo do estagiário
1	Vitória Rodrigues
2	Jéssica Ribeiro de Oliveira
3	Giselly Maria
4	Larissa Andrade dos Santos
5	Dayse Regina Mendes da Silva
6	Alice sousa sirqueira
7	Cassia Riccetto Pinto de Jesus
8	Beatriz Leite Ferreira
9	Aline oliveira da Silva
10	Maria Solange de Oliveira
11	Kamily Almeida de Sousa
12	Eloisa de Oliveira Silva
13	Gisele olindina calado Baptista de salles
14	Mariléa de Fátima Baeta Neves Alves
15	Emily Silva Souza
16	Ana Vitória de Jesus Santos
17	Philippe Gabriel Joly Vieira

18	Beatriz dos Santos Pinto
19	Karina Cardoso Faustino Ballo
20	Marcelo Soncini Bueno Filho
Indeferido	Maria Eduarda de Oliveira Santos
Indeferido	Aline Cobo da Conceição Teixeira Gil
Indeferido	Andressa Souza de Castro
Indeferido	Isabelle pinto da Silva
Indeferido	Camilla Silva de Oliveira
Indeferido	Amanda Ferreira Gonçalves Santana
Indeferido	Roberta Kelly Pecicaroli de Almeida
Indeferido	Luciene Regina de Oliveira Santos
Indeferido	Fernanda Caroline de Macedo
Indeferido	Fernanda Cristina da Silva
Indeferido	Jullya Pamio de Oliveira Gonçalves
Indeferido	Kellen Goncalves Alves Pereira
Indeferido	Iara Machado Guarnieri
Indeferido	Ester Dias Soares
Indeferido	Gisele Bispo da Silva
Indeferido	Bruna de Araújo Hernandez
Indeferido	Andrea Luzia da Silva Gomes
Indeferido	Amanda Bandeira
Indeferido	Fábio Roberto Lisboa Fogo
Indeferido	Matheus Henrique Lourenço Fernandes

Secretaria de Educação e Cultura. Ribeirão Pires, 08 de Abril de 2024.

LEI Nº 6.981, DE 25 DE MARÇO DE 2024

Altera dispositivos da Lei nº [6.291](#), de 13 de setembro de 2018, que dispõe sobre Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Funcionários Municipais de Ribeirão Pires, e suas alterações e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º As tabelas Salariais do anexo VI, da Lei nº [6.291](#), de 13 de setembro de 2018, passam a vigorar com reajuste de 3,00% a partir de 01/05/2024, consoante tabelas salariais abaixo:

ANEXO VI - TABELAS SALARIAIS

TABELA SALARIAL I (R\$) - GERAL EFETIVO (40 horas semanais)

CLASSE	A	B	C	D	E
1	1.339,36	1.340,50	1.341,65	1.342,78	1.343,91
2	1.345,06	1.346,20	1.347,32	1.348,48	1.349,61
3	1.350,75	1.351,89	1.353,14	1.373,43	1.394,03
4	1.421,89	1.443,23	1.464,88	1.486,86	1.509,17
5	1.539,36	1.562,45	1.585,86	1.609,66	1.633,81
6	1.666,48	1.691,49	1.716,86	1.742,60	1.768,73

7	1.821,82	1.849,12	1.876,88	1.905,05	1.933,62
8	1.991,64	2.021,48	2.051,78	2.082,55	2.113,83
9	2.177,21	2.209,89	2.243,03	2.276,69	2.310,85
10	2.403,27	2.439,33	2.475,91	2.513,06	2.550,76
11	2.754,81	2.796,12	2.838,07	2.880,64	2.923,84
12	3.157,75	3.205,13	3.253,20	3.302,00	3.351,52
13	3.619,64	3.673,95	3.729,02	3.784,98	3.841,75
14	4.149,11	4.211,35	4.274,52	4.338,63	4.403,71
15	4.756,00	4.827,34	4.899,75	4.973,24	5.047,85
16	5.098,36	5.117,01	5.193,74	5.271,63	5.350,71
17	5.404,22	5.424,03	5.505,36	5.587,96	5.671,76
18	5.728,48	5.749,46	5.835,70	5.923,23	6.012,08
19	6.072,20	6.094,40	6.185,82	6.278,61	6.372,80
20	6.436,54	6.460,08	6.556,98	6.655,32	6.755,16
21	6.822,72	6.847,67	6.950,41	7.054,66	7.160,47
22	7.232,08	7.258,52	7.367,38	7.477,93	7.590,08
23	7.665,99	7.694,06	7.809,44	7.926,60	8.045,51
24	8.125,95	8.155,68	8.278,04	8.402,21	8.528,25
25	8.613,53	8.646,07	8.774,73	8.906,31	9.039,93
26	9.130,32	9.163,75	9.301,22	9.440,71	9.582,32
27	9.678,16	9.713,58	9.859,25	10.007,15	10.157,24
28	10.258,84	10.296,36	10.450,82	10.607,59	10.766,69

TABELA SALARIAL I - B (R\$) - GUARDA MUNICIPAL (40 horas semanais)

CLASSE	A	B	C
37	1.539,36		
38	1.849,12		
39	2.177,21		
40	2.550,76	3.060,91	3.315,98

TABELA SALARIAL II - MÉDICO CLÍNICO GERAL E MÉDICO ESPECIALISTA (40 HORAS SEMANAIS)

CLASSE	A	B	C	D	E
106	13.608,11	13.812,24	14.019,45	14.229,74	14.443,19
107	14.876,45	15.099,59	15.326,10	15.556,00	15.789,35
108	16.263,02	16.506,94	16.754,57	17.005,92	17.260,97
109	17.778,81	18.045,50	18.316,17	18.590,93	18.869,76
110	19.435,87	19.727,44	20.023,33	20.323,67	20.628,52
111	21.247,37	21.566,08	21.889,57	22.217,92	22.551,18

TABELA SALARIAL II - B - MÉDICO PLANTONISTA 24 HORAS

CLASSE	A	B	C	D	E
112	3.742,24	3.798,36	3.855,34	3.913,17	3.971,87
113	4.091,04	4.152,39	4.214,68	4.277,91	4.342,06
114	4.472,33	4.539,40	4.607,51	4.676,60	4.746,78
115	4.889,18	4.962,52	5.036,95	5.112,51	5.189,18

116	5.344,87	5.425,03	5.506,40	5.589,01	5.672,84
117	5.843,03	5.930,69	6.019,64	6.109,94	6.201,59

TABELA SALARIAL III (R\$) – PROFESSORES E COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DO MAGISTÉRIO

CLASSE	A	B	C	D	E
41	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64
42	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64
43	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64
44	4.696,68	4.784,55	4.874,08	4.965,34	5.058,26
45	5.177,63	5.274,55	5.373,26	5.473,83	5.576,24
46	5.707,86	5.814,70	5.923,53	6.034,36	6.147,36
47	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64
48	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64	4.226,64
49	4.261,36	4.342,40	4.425,16	4.509,27	4.595,61
50	4.650,12	4.737,00	4.826,09	4.916,96	5.009,61
51	5.128,10	5.224,88	5.323,62	5.424,28	5.526,93
52	5.658,10	5.765,34	5.923,27	5.986,24	6.099,98
53	4.500,71	4.545,72	4.591,17	4.637,08	4.683,45
54	4.753,71	4.801,24	4.849,26	4.897,75	4.946,73
55	5.020,93	5.071,13	5.121,85	5.173,06	5.224,80
56	5.250,63	5.275,91	5.302,58	5.425,00	5.529,63
57	5.644,35	5.759,03	5.873,80	5.988,54	6.103,24
58	6.218,27	6.332,74	6.447,49	6.562,18	6.676,91
59	112,52	114,20	115,92	117,65	119,42
60	122,76	124,93	127,34	129,79	132,32
61	135,71	138,41	141,08	143,84	146,59
62	150,30	153,27	156,32	159,45	162,67
63	166,74	170,05	173,46	176,94	180,48
64	185,00	188,69	192,47	196,31	200,22

TABELA SALARIAL III - A

96	6.183,05	6.213,97	6.245,03	6.276,26	6.307,64
97	6.496,87	6.529,36	6.562,00	6.594,80	6.627,79
98	6.826,62	6.860,75	6.895,05	6.929,53	6.964,18
99	7.173,11	7.208,97	7.245,02	7.281,25	7.317,65
100	7.537,17	7.574,86	7.612,73	7.650,80	7.689,05
101	7.919,73	7.959,31	7.999,11	8.039,11	8.079,31

TABELA SALARIAL III - B

102	6.715,40	6.748,98	6.782,73	6.816,64	6.850,73
103	7.056,25	7.091,53	7.126,99	7.162,62	7.198,44
104	7.414,38	7.451,45	7.488,72	7.526,16	7.563,79
105	7.790,70	7.829,66	7.868,81	7.908,15	7.947,69
106	8.186,12	8.227,05	8.268,19	8.309,53	8.351,09
107	8.601,60	8.644,63	8.687,83	8.731,29	8.774,94

TABELA SALARIAL VI - PROCURADOR (40 horas semanais)

CLASSE	A	B	C	D	E
90	6.372,93	6.396,25	6.460,22	6.524,81	6.590,05
91	7.134,00	7.241,01	7.349,63	7.459,87	7.571,79
92	7.647,51	7.675,49	7.752,26	7.829,77	7.908,07
93	8.296,03	8.420,48	8.546,78	8.674,99	8.804,96
94	9.245,20	9.383,87	9.524,63	9.667,50	9.812,42
95	10.303,13	10.457,68	10.614,56	10.773,77	10.935,38

TABELA SALARIAL IV - LIVRE PROVIMENTO PARA SER OCUPADO POR FUNCIONÁRIO DO QUADRO PERMANENTE

CLASSE	A
65	2.668,11
66	3.031,95
67	3.845,72
68	4.244,73
69	5.457,51
70	6.063,90
71	9.371,29
72	12.734,19

TABELA SALARIAL V - LIVRE PROVIMENTO

CLASSE	A
73	2.183,00
74	2.668,11
75	3.031,95
76	3.845,72
77	4.244,73
78	4.851,11
79	4.972,40
80	5.457,51
81	6.063,90
82	6.670,29
83	7.276,68
84	8.489,46
85	9.702,24
86	10.322,52
87	12.127,80
88	12.153,47
89	18.191,70
90	19.404,48

Art.2º Fica reajustado Piso Salarial para R\$ 1.475,62, abrangendo as referências salariais 01A até a 04C.

Art.3º As despesas decorrentes da execução da presente lei serão cobertas pelas dotações próprias consignadas em orçamento.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de março de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6936/2018-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.982, DE 26 DE MARÇO DE 2024

Institui normas específicas para licitação, contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública do Município de Ribeirão Pires, cria o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPITULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui normas específicas para licitação/contratação de parceria público-privada, bem como institui Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, destinado disciplinar e promover a realização de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública municipal.

Parágrafo único. Esta Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, indireta, aos fundos especiais, às autarquias, e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art.2º Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

- I** – eficiência e continuidade no cumprimento de suas finalidades, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e sustentabilidade econômico-ambiental de cada empreendimento;
- II** – respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços prestados pelos agentes privados incumbidos de sua execução;
- III** – indelegabilidade das funções política, normativa, policial, reguladora, controladora e fiscalizadora do Município;
- IV** – universalização do acesso a bens e serviços essenciais;
- V** – transparência dos procedimentos e das decisões;
- VI** – responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;
- VII** – responsabilidade socioambiental;
- VIII** – repartição objetiva de riscos entre as partes;
- IX** – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos;
- X** – participação popular, mediante consulta pública e audiências públicas.
- XI** – garantia da modicidade tarifária;
- XII** – estímulo à competitividade na prestação de serviços.

Art. 3º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é o contrato de serviços públicos ou de obras públicas de que trata Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente tarifa cobrada dos usuários e contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§3º Não constitui parceria público-privada concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§4º É vedada celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja inferior R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, fornecimento ou instalação de equipamentos ou execução de obra pública.

CAPÍTULO II - DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Art.4º Fica autorizada a contratação de parceria público-privada para os serviços públicos que envolvam os seguintes objetos, respeitado o disposto no §1º deste artigo:

I - implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública municipal, compreendida pelos próprios públicos, vias públicas, saneamento público, iluminação pública, transporte público e demais infraestruturas sob administração do Poder Público Municipal;

II – prestação de serviço público;

III – exploração de bem público;

IV – execução de obra para alienação, locação ou arrendamento da Administração Pública Municipal e;

V – construção, ampliação, manutenção, reforma seguida da gestão de bens de uso público em geral, incluídos os recebidos em delegação do Estado ou da União.

§1º Observado disposto no §4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, vedada celebração de parcerias público-privadas nos seguintes casos:

I – execução de obra sem atribuição ao contratado do encargo de mantê-la e explorá-la por, no mínimo, 05 (cinco) anos, e;

II - que tenha como único objeto mera terceirização de mão de obra, fornecimento instalação de equipamentos ou execução de obra pública, bem como as prestações singelas ou isoladas, quais sejam, aquelas que não envolvam conjunto de atividades.

§2º Serão permitidos aditamentos que envolvam prorrogação do prazo contratual, desde que não ultrapassado prazo de 35 (trinta e cinco) anos, cuja aprovação caberá ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas;

§3º Na celebração de parceria público-privada, é vedada a delegação a ente privado, sem prejuízo de outras vedações previstas em lei, das seguintes competências:

I – edição de ato jurídico com fundamento em poder de autoridade de natureza pública;

II – atribuições de natureza política, policial, judicial, normativa regulatória e as que envolvam poder de polícia;

III – direção superior de órgãos e entidades públicas, bem como que envolva exercício de atribuição indelegável;

IV – atividade de ensino que envolva processo pedagógico.

§4º Não se inclui na vedação estabelecida no inciso II do §3º deste artigo, delegação de atividades que tenham por objetivo dar suporte técnico ou material às atribuições nele previstas.

Art.5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada, atenderão ao disposto no art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 11.079, de 2004, no que couber, devendo também prever:

I – prazo de vigência do contrato, compatível com amortização dos investimentos realizados e remuneração do capital investido para realização do objeto contratado, não inferior 05 (cinco) nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

II – indicação das metas e dos resultados a serem atingidos pelo contratado, conforme cronograma de execução, definidos os prazos estimados para seu alcance;

III – definição de critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados mediante adoção de indicadores capazes de aferir a qualidade do serviço;

IV – apresentação, pelo contratante, de estudo do impacto financeiro orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, abrangendo execução integral do contrato;

V – compartilhamento com a Administração Pública, nos termos previstos no contrato, das eventuais variações econômicas, decorrentes da alteração das condições de financiamento;

VI – as penalidades aplicáveis pela Administração Pública ao parceiro privado, na hipótese de inadimplemento das obrigações contratuais;

VII – as hipóteses de extinção contratual, antes do prazo previsto, bem como os critérios para o cálculo e para pagamento das indenizações devidas;

VIII – estabelecimento de prazo vinculado à amortização dos investimentos e remuneração do contratado pelos serviços oferecidos;

IX – repartição objetiva de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe, risco econômico extraordinário;

§1º A minuta do edital de contrato de parceria público-privada será submetida a consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação ou por meio eletrônico, que deverá informar justificativa para contratação, identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo se dará pelo menos 07 (sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital.

§2º Os termos do edital do contrato de parceria público-privada serão também submetidos a audiência pública, sem

prejuízo do disposto no §1º deste artigo.

Art.6º São obrigações do contratado na parceria público-privada:

- I – demonstrar capacidade econômica financeira para execução do contrato;
- II – assumir compromisso de resultados definidos pela Administração Pública, facultada a escolha dos meios para execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;
- III – submeter-se ao controle estatal permanente dos resultados;
- IV – submeter-se à fiscalização da Administração Pública, sendo livre o acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, incluídos os registros contábeis;
- V – sujeitar-se aos riscos expressamente previstos na repartição objetiva estipulada entre as partes;
- VI – incumbir-se de atos delegáveis da desapropriação, quando prevista no contrato, mediante outorga de poderes pelo Poder Público, caso em que será do contratado a responsabilidade pelo pagamento das indenizações cabíveis.

Parágrafo único. Ao Poder Público compete declarar de utilidade pública, área, local ou bem que sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, implementação de projeto associado, bem como, ressalvada hipótese do inciso VI deste artigo, promover sua desapropriação diretamente.

Art.7º O contratado poderá ser remunerado por meio de uma ou mais das seguintes formas:

- I – tarifa cobrada dos usuários;
- II – contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, que poderá ser feita por:
 - a) ordem bancária com recursos do Tesouro Municipal ou de entidade da Administração Indireta municipal;
 - b) cessão de créditos do Município ou de entidade da Administração Indireta municipal, excetuados os relativos a impostos;
 - c) outorga de direitos em face da Administração Pública;
 - d) outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;
 - e) transferência de bens móveis e imóveis, na forma da lei;
 - f) títulos da dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável;
 - g) cessão do direito de exploração comercial de bens públicos, outros bens de natureza imaterial, tais como marcas, patentes, bancos de dados;
 - h) outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados;
 - i) outros meios admitidos em lei.

§1º A remuneração do contrato dar-se-á somente partir do momento em que o serviço ou o empreendimento contratado estiver disponível para utilização, ainda que proporcional, nos termos do art. 7º, §1º da Lei Federal 11.079/2004.

§2º Os ganhos econômicos decorrentes, entre outros, da repactuação das condições de financiamento ou da redução do ônus tributário poderão ser compartilhados com o contratante, conforme especificações contratuais.

§3º A remuneração do parceiro privado poderá sofrer atualização periódica com base em índices previamente definidos no edital de licitação, sempre informando ao Poder Legislativo a sua composição.

§4º A remuneração do contratado será variável, vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, observando-se os prazos e condições previstas nas cláusulas contratuais.

§5º O contrato poderá prever aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos dos incisos XI do caput do art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, desde que autorizado no edital de licitação.

§6º O aporte de recursos de que trata o §5º deste artigo, quando realizado durante fase dos investimentos a cargo do parceiro privado, deverá guardar proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas.

§7º Desde que haja previsão expressa no contrato de parceria público-privada, o Município poderá efetuar o pagamento das parcelas devidas ao contratado diretamente ou em favor da instituição que financiar o objeto do contrato.

§8º A partir da data da vigência do contrato, os recursos arrecadados com pelo município que tiverem vinculação direta com o serviço delegado, passarão a ser depositados em conta especial destinada a pagar esses serviços.

Art.8º O contrato e edital de licitação deverão prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do Município, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na legislação federal aplicável, que:

- I – sobre o valor em atraso, será aplicada multa de 2% (dois por cento) e corrigido monetariamente o valor conforme taxa IPCA-E, sendo ainda devidos juros de mora de acordo com a remuneração da Caderneta de Poupança;
- II – atraso superior a noventa dias conferirá ao contratado a faculdade de suspensão dos investimentos em curso, bem como suspensão da atividade que não seja estritamente necessária a continuidade de serviços públicos essenciais ou utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito rescisão judicial;
- III – o débito poderá ser pago ou amortizado com valor que seria compartilhado com contratante.

Art.9º Os instrumentos de parceria público-privada poderão estabelecer o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, a ser realizado no Brasil em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

§1º Na hipótese de arbitragem, os árbitros serão escolhidos dentre pessoas naturais de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria, devendo o procedimento ser realizado em conformidade com regras de arbitragem de órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

§2º A arbitragem terá lugar na Capital do Estado, em cujo foro serão ajuizadas, se for o caso, as ações necessárias para assegurar sua realização e execução da sentença arbitral.

Art. 10 Para elaboração e aprovação de projetos de parceria público-privada, para a realização da concorrência que precederá a contratação, para definição do conteúdo do contrato de concessão a ser, ao final, celebrado entre o Município e o parceiro privado, observar-se-á as normas constantes na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e, subsidiariamente, nas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 13.303 de 01 de julho de 2016 e nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Art. 11 Os contratos municipais de parceria público-privada reger-se-ão conforme determinado pelo artigo anterior, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos, e deverão estabelecer, no mínimo:

- I – as metas e os resultados a serem atingidos, o cronograma de execução e os prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir resultado, inclusive consulta popular e/ou consulta aos usuários dos serviços;
- II – a remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, observada natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria, prazo necessário amortização dos investimentos;
- III – cláusulas que, dependendo da modalidade escolhida, prevejam:
 - a) a obrigação do contratado de obter recursos financeiros necessários para execução do objeto e de sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de execução de sua responsabilidade, e;
 - b) a possibilidade de término do contrato não só pelo tempo decorrido ou pelo prazo estabelecido, mas também, pelo montante financeiro retornado ao contratado em função do investimento realizado.
- IV – A identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização.

CAPITULO IV - DAS GARANTIAS

Art.12 As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante:

- I – vinculação de receitas, observado disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;
- II – instituição ou utilização de fundos especiais previstos em Lei;
- III – contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- IV – garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- V – garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;
- VI – garantia real, pessoal, fidejussória e ou seguro;
- VII – atribuição ao contratado do encargo de faturamento da cobrança de crédito do contratante em relação a terceiros, salvo os relativos a impostos, prevista na forma de compensação dos créditos recíprocos de contratante e contratado;
- VIII – vinculação de recursos do Município, inclusive por meio de fundos específicos, ressalvados os impostos.
- IX – outros mecanismos admitidos em Lei.

Parágrafo único. No caso de a garantia prevista no inciso I deste artigo ser utilizada no contrato, os recursos vinculados deverão ser depositados diretamente pelo ente responsável pelo repasse em conta especial de garantia, destinada ao pagamento das obrigações pecuniárias devidas ao parceiro privado.

CAPÍTULO - DO PLANO MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art.13 O Poder Executivo elaborará, bianualmente, Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas, que exporá os objetivos e definirá as ações de governo no âmbito do Programa, bem como apresentará, justificadamente, os projetos de parceria público-privada a serem estudados e executados.

§1º O órgão ou entidade da Administração interessado em celebrar parceria, encaminhará o respectivo projeto ao Prefeito para apreciação e deliberação acerca de sua continuidade.

§2º Os projetos aprovados pelo Prefeito integrarão o Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas.

Art.14 O Prefeito, por meio de sua assessoria, sem prejuízo do acompanhamento da execução de cada projeto, fará, permanentemente, avaliação geral do Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas.

Art.15 Os projetos de parceria público-privada, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos em normas pertinentes, deverão conter estudo técnico que demonstre:

- I – vantagem econômica operacional da proposta para o Município, melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;
- II – viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função da sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;
- III – viabilidade de obtenção pelo ente privado, na exploração do serviço, de ganhos econômicos suficientes para cobrir seus custos e aferir remuneração pelo capital investido;
- IV – a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado;
- V – a necessidade, importância e o valor do serviço em relação ao objeto a ser executado;
- VI – a conveniência e oportunidade do fornecimento dos serviços e obras mediante PPP, demonstrando-se, via estudo técnico elaborado com base nas metodologias estabelecidas em regulamento, tratar-se da modalidade mais adequada para alcance do interesse público;
- VII – elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
- VIII – comprovação de compatibilidade com lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.

Parágrafo único. Fica assegurado o acesso público aos dados e às informações que fundamentem o estudo técnico de que trata este artigo.

Art.16 Observadas as condições estabelecidas pelo artigo anterior, poderão ser incluídos no Programa de Parcerias Público-Privadas PPP, os projetos de interesse de órgãos e entidades da administração direta e indireta, que envolvam mecanismos de colaboração entre Município e agentes do setor privado, remunerados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com amortização dos investimentos realizados e remuneração do capital investido.

Art.17 Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados a concessão, de utilidade para licitação, realizados pelo poder concedente ou com sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital, sendo a comprovação do ressarcimento, uma condição para assinatura do contrato de concessão.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18 Compete ao Poder Público declarar de utilidade pública os bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, bem como implementação de projetos associados, podendo promover instituição de servidões e as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes ao contratado.

Art.19 Antes da celebração do contrato, o parceiro privado deverá constituir Sociedade de Propósito Específico (SPE), incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, nos termos do Capítulo IV da Lei Federal nº 11.079/04.

Parágrafo único. A SPE deverá ser sediada obrigatoriamente no Município de Ribeirão Pires.

Art.20 As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art.21 Aplicam-se, no que couber, às disposições desta Lei, subsidiariamente, a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto 7.460, de 27º de dezembro de 2023.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 26 de março de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 651/2024-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.984, DE 28 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre o procedimento para a instalação no Município de Ribeirão Pires, de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos da legislação federal vigente, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.1º O procedimento para a instalação no Município de Ribeirão Pires de Infraestrutura de Suporte para Estação

Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, cadastrados, autorizados e/ou homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, fica disciplinado por esta Lei.

Parágrafo único. Não estão sujeitos às prescrições previstas nesta Lei as infraestruturas para suporte de radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, cujo funcionamento deverá obedecer à regulamentação própria.

Art.2º Para os fins de aplicação desta lei, nos termos da legislação federal vigente, observam-se as seguintes definições:

I-Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

II-Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel – ETR Móvel: conjunto de instalações que comporta equipamentos de radiofrequência, destinado à transmissão de sinais de telecomunicações, de caráter transitório;

III-Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte – ETR de Pequeno Porte: conjunto de equipamentos de radiofrequência destinado a prover ou aumentar a cobertura ou capacidade de tráfego de transmissão de sinais de telecomunicações para a cobertura de determinada área, apresentando dimensões físicas reduzidas e que seja apto a atender aos critérios de baixo impacto visual, assim considerados aqueles que observam os requisitos definidos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.480, de 1 de setembro de 2020;

IV-Infraestrutura de Suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte à instalação de redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

V-Detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

VI-Prestadora: pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

VII-Torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo auto-suportada ou estaiada;

VIII-Poste: infraestrutura vertical cônica e auto-suportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar equipamentos de telecomunicações;

IX-Poste de Energia ou Iluminação: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar também os equipamentos de telecomunicações;

X-Antena: dispositivo para irradiar ou capturar ondas eletromagnéticas no espaço;

XI-Instalação Externa: instalação em locais não confinados, tais como torres, postes, topo de edificações, fachadas, caixas d'água etc., e

XII-Instalação Interna: instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, shopping centers, aeroportos, estádios etc.

Art.3º A aplicação dos dispositivos desta Lei rege-se pelos seguintes princípios:

I-o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade pública e de relevante interesse social;

II-a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados, e

III-a atuação do Município não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo.

Art.4º As Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na Lei Federal nº 13.116/2015 – Lei Geral de Antenas, podendo ser implantadas em todas as zonas ou categorias de uso, desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta Lei, além de observar os gabaritos de altura estabelecidos na Portarias do DECEA nº 145, nº146 e 147/DGCEA de 3 de agosto de 2020, do Comando Aeronáutica, ou outra que vier a substituí-la.

§1º Em bens privados, é permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, mediante a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel.

§2º Nos bens públicos de todos os tipos, é permitida a instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, mediante Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso, que será outorgada pelo órgão competente, da qual deverão constar as cláusulas convencionais e o atendimento aos parâmetros de ocupação dos bens públicos.

§3º Nos bens públicos de uso comum do povo, a Permissão de Uso ou Concessão de Direito Real de Uso para implantação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, será outorgada pelo órgão competente a título não oneroso, nos termos da legislação federal.

§4º Os equipamentos que compõem a Infraestrutura de Suporte e Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, a ETR móvel e a ETR de pequeno porte, não são considerados áreas construídas ou edificadas para fins de aplicação do disposto na legislação de uso e ocupação do solo, não se vinculando ao imóvel onde ocorrerá a instalação.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO

Art.5º A instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR está sujeita

ao prévio cadastramento realizado junto ao Município, por meio de requerimento padronizado, instruído com os seguintes documentos:

I-Requerimento padrão;

II-Projeto executivo de implantação da Infraestrutura de Suporte e respectiva ART;

III-Contrato social da Detentora e comprovante de inscrição no CNPJ – Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas;

IV-Documento legal que comprove a autorização do proprietário ou possuidor do imóvel;

V-Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela Execução da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR;

VI-Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pelo Projeto/Execução da instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR;

VII-Comprovante do pagamento da taxa única de cadastramento eletrônico prévio, no importe de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

VIII-Declaração de Cadastro do PRÉ-COMAR ou Declaração de Inexigibilidade de Aprovação do Comando da Aeronáutica (COMAER), nos casos em que a instalação ultrapassar a edificação existente ou, ainda, caso tais Declarações não estejam disponíveis ao tempo do Cadastramento previsto no caput, laudo de empresa especializada que ateste que a estrutura observa o gabarito de altura estabelecido pelo COMAER.

§1º O cadastramento, de natureza autodeclaratória, a que se refere o caput, consubstancia autorização do Município para a instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, no ato do protocolo dos documentos necessários, tendo por base as informações prestadas pela Detentora.

§2º A taxa para o cadastramento será paga no ato do protocolo do respectivo requerimento, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ajustado anualmente pelo IPC ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§3º O cadastramento deverá ser renovado a cada 10 (dez) anos ou quando ocorrer a modificação da Infraestrutura de Suporte instalada.

§4º A alteração de características técnicas decorrente de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica não caracteriza a ocorrência de modificação para fins de aplicação do § 3º, observado o seguinte:

I-remanejamento é o ato de alterar a disposição, ou a localização dos elementos que compõem uma estação transmissora de radiocomunicação;

II-substituição é a troca de um ou mais elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte de Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR Móvel e ETR de Pequeno Porte por outro similar, e

III-modernização é a possibilidade de inclusão ou troca de um ou mais elementos que compõem uma Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, com a finalidade de melhoria da prestação de serviços e/ou eficiência operacional.

Art.6º Prescindem do cadastro prévio previsto no artigo 5º, bastando à Detentora comunicar a instalação ao órgão municipal competente, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da instalação:

I-o compartilhamento de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR ou para ETR de pequeno porte já cadastrada perante o Município;

II-a instalação de ETR Móvel, e

III-a Instalação Externa de ETR de Pequeno Porte.

Parágrafo único. A Instalação Interna de ETR de Pequeno Porte não estará sujeita a comunicação aludida no caput, sujeitando-se apenas à autorização do proprietário ou do possuidor da edificação.

Art.7º Quando se tratar de instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte que envolva supressão de vegetação, intervenção em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação, ou implantação em imóvel tombado, será expedida pelo Município Licença de Instalação, mediante expediente administrativo único e simplificado, consultando-se os órgãos responsáveis para que analisem o pedido no prazo máximo de 60 dias.

§1º O expediente administrativo referido no caput será iniciado por meio de requerimento padronizado, instruído com os seguintes documentos:

I-Requerimento padrão;

II-Projeto executivo de implantação da Infraestrutura de Suporte e respectiva ART;

III-Contrato social da Detentora e comprovante de inscrição no CNPJ – Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas;

IV-Documento legal que comprove a autorização do proprietário do imóvel ou possuidor do imóvel.

V-Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pelo Projeto/Execução da instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR;

VI-Atestado técnico ou termo de responsabilidade técnica, emitido por profissional habilitado, atestando que os elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR atendem a legislação em vigor;

VII-Comprovante do pagamento da taxa única de cadastramento eletrônico prévio, no importe de de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

VIII-Declaração de Inexigibilidade de Aprovação do Comando da Aeronáutica (COMAER) ou laudo técnico atestando a conformidade das características do empreendimento aos requisitos estabelecidos pelo COMAER do local de instalação, sem prejuízo da validação posterior.

§2º Para o processo de licenciamento ambiental, o expediente administrativo referido no caput se dará de forma integrada ao processo de expedição do licenciamento urbanístico.

§3º Em não havendo a manifestação dos órgãos responsáveis no prazo referido no caput, o Município expedirá imediatamente a Licença de Instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação

– ETR, baseado nas informações prestadas pela Detentora, com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, e no atestado técnico ou termo de responsabilidade técnica atestando que os elementos que compõem a Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR atendem a legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art.8º Visando à proteção da paisagem urbana a instalação da Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, em bens privados ou bens públicos de uso especial ou dominiais, deverá atender a distância de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, em relação às divisas do imóvel ocupado, contados a partir do eixo para a instalação de postes ou da face externa da base para a instalação de torres.

§1º Poderá ser autorizada a instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte desobrigadas das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para prestação dos serviços, compatíveis com a qualidade exigida pela União, devidamente justificada junto ao órgão municipal competente, mediante laudo que justifique detalhadamente a necessidade de instalação e os prejuízos pela falta de cobertura no local.

§2º As restrições estabelecidas no Caput deste artigo, não se aplicam à Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR e à ETR de pequeno porte, edificados ou a edificar, implantadas no topo de edificações.

Art.9º A instalação de abrigos de equipamentos da Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR é admitida, desde que respeitada a distância de 1,5m (um metro e meio) das divisas do lote.

Art.10 A instalação de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR e ETR de pequeno porte, com containers e mastros, no topo e fachadas de edificações, obedecerão às limitações das divisas do terreno que contém o imóvel, não podendo ter projeção vertical que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

Art.11 Os equipamentos que compõem a Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos estabelecidos em legislação pertinente.

Art.12 O compartilhamento das Infraestruturas de Suporte pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação observará as disposições das regulamentações federais pertinentes.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art.13 Nenhuma Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte poderá ser instalada sem a prévia licença ou de cadastro tratado nesta lei, ressalvada a exceção contida no art. 6º.

Art.14 Compete à Secretária responsável no Município por fiscalização referente ao atendimento das normas previstas nesta lei, a qual deverá ser desenvolvida de ofício ou mediante notícia de irregularidade, observado o procedimento estabelecido neste capítulo.

Art.15 Constatado o desatendimento das obrigações e exigências legais, a detentora ficará sujeita às seguintes medidas:

I–no caso de ETR previamente licenciada e de ETR móvel ou ETR de pequeno porte previamente cadastrados:

a) intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento;

b) não atendida a intimação de que trata a alínea “a” deste inciso, nova intimação para a retirada da instalação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do “caput” deste artigo;

II–no caso de ETR, ETR móvel ou ETR de pequeno porte instalada sem a prévia licença ou de cadastro tratado nesta lei:

a)intimação para remoção ou regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do “caput” deste artigo;

b)não atendida a intimação de que trata a alínea “a” deste inciso, nova intimação para a retirada da instalação ou do equipamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do seu recebimento, com a concomitante aplicação de multa no valor estipulado no inciso III do “caput” deste artigo;

III– observado o previsto nos incisos I e II do caput deste artigo, a detentora ficará sujeita à aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§1º Os valores mencionados no inciso III do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo IPCA, do IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§2º A multa será renovável anualmente, enquanto perdurarem as irregularidades.

Art.16 Na hipótese de não regularização ou de não remoção de ETR ou da infraestrutura de suporte por parte da detentora, a Prefeitura poderá adotar as medidas para remoção, cobrando da infratora os custos correlatos, sem prejuízo da aplicação das multas e demais sanções cabíveis.

Art.17 As notificações e intimações deverão ser encaminhadas à detentora por mensagem em endereço eletrônico indicado no requerimento da licença ou no cadastro, quando houver.

Art.18 O Executivo poderá utilizar a base de dados, disponibilizada pela Anatel, do sistema de informação de localização de ETRs, ETRs móvel e ETRs de pequeno porte destinados à operação de serviços de telecomunicações.

§1º Caberá à prestadora orientar e informar ao Executivo como se dará o acesso à base de dados e a extração de informações de que trata o caput.

§2º Fica facultado ao Executivo a exigência de informações complementares acerca das ETRs instaladas, a ser regulamentado em decreto.

Art.19 Os profissionais habilitados e técnicos responsáveis, nos limites de sua atuação, respondem pela correta instalação e manutenção da infraestrutura de suporte, segundo as disposições desta lei, de seu decreto regulamentar e das Normas Técnicas – NTs vigentes, bem como por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências de projeto, execução, instalação e manutenção.

Parágrafo único. Caso comprovada a inveracidade dos documentos e informações apresentados pelos profissionais habilitados e técnicos responsáveis, bem como a deficiência do projeto, execução, instalação e manutenção em razão da atuação ou omissão desses profissionais, a Prefeitura bloqueará o seu cadastramento por até 5 (cinco) anos em novos processos de licenciamento, comunicando o respectivo órgão de classe.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.20 As Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, que estiverem instaladas na data de publicação desta lei e não possuírem autorização municipal competente, ficam sujeitas ao atendimento das previsões contidas nesta Lei, devendo a sua Detentora promover o Cadastro, a Comunicação ou a Licença de Instalação referidos, respectivamente, nos artigos 5º, 6º e 7º.

§1º Para atendimento ao disposto no caput, fica concedido o prazo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta lei, para que a Detentora adeque as Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, aos parâmetros estabelecidos nesta Lei, realizando cadastramento, a comunicação ou o licenciamento de instalação referidos nos artigos 5º, 6º e 7º.

§2º Verificada a impossibilidade de adequação, a detentora deverá apresentar laudo que justifique detalhadamente a necessidade de permanência da ETR, bem como apontar os prejuízos pela falta de cobertura no local à Prefeitura, que poderá decidir por sua manutenção.

§3º Durante o prazo disposto no §1º deste artigo, não poderá ser aplicada sanção administrativa às infraestruturas de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, mencionadas no caput, motivadas pela falta de cumprimento da presente Lei.

§4º No caso de remoção de Infraestruturas de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR, ETR móvel e ETR de pequeno porte, o prazo mínimo será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir do cadastramento, da comunicação ou do licenciamento de instalação referidos nos artigos 5º, 6º e 7º, para a infraestrutura de suporte que substituirá a Infraestrutura de Suporte a ser remanejada.

Art.21º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.753/2022.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 28 de março de 2024 - 310º Ano da Fundação e 70º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

VICENTE C. SOUZA
Chefe de Gabinete Do Prefeito

ERRATA REFERENTE A LEI 6.963, DE 01 DE MARÇO DE 2024.

Na LEI Nº 6.963, DE 01 DE MARÇO DE 2024, que altera dispositivos na Lei nº 6.047, de 10 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a concessão de uso de área pública para implantação de relógios urbanos e/ou painéis de LED, e dá outras providências, publicada no dia 13 de março de 2024, deve ser excluído o **SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E MODERNIZAÇÃO, SR. ABNER SOARES**.

PORTARIAS IMPRERP

PORTARIA Nº 737 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 114/2023** que concede **Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** a **FÁTIMA IGNÁCIO DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 16.788.370-7 SSP/SP, inscrita no CPF nº 080.179.718-77 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 180.72871.47-7, ocupante do cargo efetivo de Agente Escolar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1 de abril de 2024**.

PORTARIA Nº 738 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 126/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, a servidora **JANET APARECIDA DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 14.626.287-6 SSP/SP, inscrita no CPF nº 183.639.958-86 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 104.13269.62-8, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, "B" da CF, a contar de **1 de abril de 2024**.

PORTARIA Nº 739 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 094/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, a servidora **MARIA LUCIA DA SILVA MARIANO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 13.472.859-2 SSP/SP, inscrita no CPF nº 270.478.978-95 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 108.19760.03-7, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, "B" da CF, a contar de **8 de abril de 2024**.

PORTARIA Nº 740 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 045/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais de Professor**, a servidora **ANA CLEIDE CARVALHO LIMA DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 26.194.025-9 SSP/SP, inscrita no CPF nº 775.247.724-91 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 124.26222.16-8, ocupante do cargo efetivo Professor A, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1 de abril de 2024**.

PORTARIA Nº 741 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 111/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, ao servidor **FABIO ANTONIO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 8.916.893-8 SSP/SP, inscrito no CPF nº 030.428.078-00 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº

108.21301.49-4, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo I, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “B” da CF, a contar de **1 de abril de 2024**.

PORTARIA Nº 742 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 110/2023** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, a servidora **SILVANA MARIA PERICO DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 13.626.246-3 SSP/SP, inscrita no CPF nº 048.864.838-60 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 120.17206.67-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Escolar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “B” da CF, a contar de **1 de abril de 2024**.

PORTARIA Nº 743 DE 1 DE ABRIL DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira que **CONCEDE PENSÃO POR MORTE** em decorrência do falecimento de **ADELANGE MENDES PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.861.650-0 SSP/SP, inscrito no CPF nº 072.717.989-98 e no PIS/PASEP nº 121.45595.48-3, servidor ativo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, com proventos correspondentes ao valor da totalidade da remuneração do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito, em favor de **MARIA DE JESUS DA SILVA PEREIRA**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº. 27.901.307-3 SSP/SP, inscrita no CPF nº. 183.404.138-48, nos termos do artigo 40, § 7º, I e II da Constituição Federal e artigo 49, da Lei Municipal nº 5.751 de 25 de setembro de 2013, alterada pela Lei 5.865 de 16 de junho de 2014, **retroagindo seus efeitos a contar de 29 de fevereiro de 2024**.

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 1082/2024 (Projeto de Decreto Legislativo nº 077/24 – C.M.) VEREADOR PAULO CÉSAR FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO 1079/2024. Art. 1º- Fica revogado o DECRETO LEGISLATIVO 1079/2024. Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de abril de 2024 - 70º. Ano da Instalação do Município. Vereador Paulo César Ferreira Presidente Processo nº 211/2024 - Secretaria C.M.

Ato da Mesa N.º 3192/2024. A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Art. 1º. DESIGNAR o funcionário RENATO MEDEA CAMPACHI para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe de Seção de Compras, Materiais e Zeladoria, a contar de 01 de abril de 2024, com prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens do seu cargo. Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 01 de abril de 2024 – 70º Ano da Instalação do Município. **Vereador Paulo César Ferreira – PC – Presidente, Vereador José Nelson da Paixão – Paixão - Vice-Presidente, Vereador Anderson Benevides - 1º Secretário, Vereador Edmar Donizete Oldani - Edmar da Aerocar - 2º Secretário, Vereadora Amanda Nabeshima - 3ª Secretária.**

Ato da Mesa N.º 3193/2024. A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, inciso XII, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Art. 1º. EXONERAR o funcionário Clayton Francisco dos Santos do cargo de Assessor Especial da Presidência, de provimento em comissão, a contar de 01 de abril do ano em curso. Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 02 de abril de 2024 – 70º Ano da Instalação do Município. **Vereador Paulo César Ferreira – PC – Presidente, Vereador José Nelson da Paixão – Paixão - Vice-Presidente, Vereador Anderson Benevides - 1º Secretário, Vereador Edmar Donizete Oldani - Edmar da Aerocar - 2º Secretário, Vereadora Amanda Nabeshima - 3ª Secretária.**